

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO E ACESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)	
	<b>Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Secretarias Estadual e Municipal)</b>	<b>ATA DE REUNIÃO Nº 11/2020</b>
<b>Data: 13.05.2020</b>	<b>Horário: 15h.</b>	<b>Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)</b>

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS):

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membro da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membro da COEM**);
3. Dra. Flavia Nascimento (Defensoria Pública)
4. Dra. Matilde Alonso (Defensoria Pública)
5. Dra. Carla Araújo (Ministério Público)
6. Dra. Lucia Iloizio (Ministério Público)
7. Sra. Fernanda Titonel (Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos)
8. Sra. Camila Rodrigues (Subsecretária Estadual de Políticas para as Mulheres)
9. Sra. Simone Costa (Subsecretária Municipal de Políticas para as Mulheres)

A **Exmas. Juíza Adriana Ramos de Mello e Juíza Katerine Jatahy, Membros da COEM**, abre os trabalhos às 15h15min, agradece a presença de todos e procede com as apresentações.

**Dra. Adriana Ramos** inicia informando acerca da realização de reuniões semanais com a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, onde são expostas experiências e obstáculos enfrentados pelas instituições durante a atual situação de pandemia.

Esclarece que a presente reunião visa trazer as secretarias e subsecretarias de políticas para as mulheres para integrar a Rede de Enfrentamento, bem como esclarecer quais ações estão sendo realizadas por essas instituições.

Após, passa a palavra à **Sra. Simone Costa** (Subsecretária Municipal de Políticas para as Mulheres) para que inicie a explanação acerca das ações que estão sendo realizadas no Município do Rio de Janeiro.

**Sra. Simone Costa** relata que está à frente da Subsecretaria há um mês e explica que está priorizando o fortalecimento da atuação das funcionárias da Subsecretaria, com a realização

de visitas aos abrigos e às casas para verificar o funcionamento e avaliar as reais necessidades para mantê-los.

Com relação às mulheres vítimas de violência doméstica, essas estão sendo atendidas por telefone e destaca que os atendimentos aumentaram durante o período, além disso, as mulheres estão sendo acompanhadas, por contato telefônicos realizados pelas Casas da Mulher Carioca Dinah Coutinho e Tia Doca, em Realengo e Madureira, respectivamente. Destaca que foram disponibilizadas cestas básicas para o CIAM Chiquinha Gonzaga, e ainda, houve o auxílio a todas as mulheres cadastradas nos programas para receberem o auxílio emergencial do Governo Federal.

No tocante as divulgações sobre o tema, já estão sendo realizadas ações nas Redes Sociais e mídias da Prefeitura do Rio de Janeiro.

**Dra. Adriana Ramos** pontua que teve notícia de que as mulheres estão tendo dificuldades com relação à alimentação e ao processo de saída das casas por não terem condições financeiras e que diante disso, gostaria de aproveitar a presença das Secretaria e Subsecretaria do Estado para verificar a atual situação do Aluguel Social para essas mulheres.

**Sra. Camila Rodrigues** (Subsecretária Estadual de Políticas para as Mulheres) inicia explicando que está realizando trabalho em transversalidade com as DEAMs e a Patrulha Maria da Penha e que acredita que está havendo subnotificação dos casos de violência contra a mulher, em virtude da situação de isolamento social, que leva as mulheres a permanecerem em casa com seus agressores.

Ressalta que após reunião realizada com a Defensoria Pública e o Ministério Público, foi criado um canal de 0800 para as mulheres, mas que está com demanda ínfima e esclarece que desde 20 de abril de 2020 até hoje, foram atendidas apenas três mulheres.

Destaca que a equipe da Subsecretaria está fortalecendo a Rede de Atendimento mantendo contato com os CIAMs dos Municípios que o possuem, e onde não possui está sendo realizado contato com as Prefeituras, para verificar qual tipo ajuda pode ser ofertada. Pontua que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos está participando de uma ação humanitária onde estão sendo distribuídas cestas básicas e que foi destinada uma parcela para atender as mulheres vítimas de violência.

Com relação aos atendimentos dos CIAMs, esses estão sendo realizados em *home office*, através do SIGA-ME, e não notou elevação do número de atendimentos em comparativo com o

ano passado e procede com a explanação dos números de atendimento no CIAM Márcia Lyra, CIAM Baixada e CIAM Queimados.

INSTITUIÇÃO	MARÇO		ABRIL		MAIO	
	NOVOS ATENDIMENTOS	RETORNOS	NOVOS ATENDIMENTOS	RETORNOS	NOVOS ATENDIMENTOS	RETORNOS
CIAM MÁRCIA LYRA	18	21	19	45	1	14
CIAM BAIXADA	5	44	13	69	1	25
CIAM QUEIMADOS	8	67	10	58	4	22

Com relação à divulgação do tema, estão sendo realizadas *lives* e campanhas para encorajar as mulheres a denunciar, sem que sejam colocadas em perigo.

**Sra. Fernanda Titonel** (Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos) explica que tem trabalhado bastante nas questões relativas às políticas públicas para as mulheres, focando no atendimento adequado ao atual momento de pandemia. Preocupa-se com a possibilidade de ser decretado *lockdown*, que tornará necessário verificar a possibilidade de incluir os atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica na condição de serviços essenciais.

Pontua que os atendimentos através de *home office* têm funcionado de forma eficaz e noticia que está sendo elaborado um projeto de *chat* dentro do sistema PRODERJ para ficar disponível no sítio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, onde a mulher poderá acessar e pedir ajuda a um profissional técnico, tornando-se este canal uma nova forma de atendimento.

No que diz respeito à alimentação, a questão é muito preocupante e informa sobre a atual no mutirão humanitário, que está contemplando 16 (dezesesseis) Municípios da Região Metropolitana. A preocupação encontra-se no fato de que algumas mulheres vítimas de violência podem não estar inseridas nos critérios de participação do mutirão. Informa que solicitou um levantamento/cruzamento de dados para avaliar essa questão, em busca de contemplar todas as mulheres vítimas de violência e, ainda, verificar com os Centros do Município do Rio de Janeiro as mulheres que não se enquadram no mutirão para que também possam receber o benefício.

**Dra. Flávia Nascimento** (Defensoria Pública) questiona se a distribuição de cestas básicas ocorrerá de forma permanente para as mulheres cadastradas.

**Sra. Fernanda Titonel** explica que a ideia é conseguir manter a distribuição pelo maior tempo possível durante e após o período de pandemia. Informa que as cestas são adquiridas através de verba pública e de doações.

**Dra. Flávia Nascimento** indaga sobre o motivo da demora da implementação do aluguel social para as mulheres vítimas de violência doméstica, visto que nos casos das pessoas afetadas pelas enchentes a implementação ocorre de forma célere.

**Sra. Fernanda Titonel** explica que o caso das enchentes, as pessoas já estão enquadradas no critério estabelecido para o aluguel social, o que não ocorre com os casos das mulheres vítimas de violência doméstica, motivo pelo qual é necessária a adequação à essa realidade. Informa que a adequação da normativa já foi avaliada pela Secretaria e encaminhada para a Procuradoria, para posterior envio à Secretaria Jurídica do Governador.

**Dra. Flávia Nascimento** pontua que com relação à redução dos atendimentos, o motivo se deve aos canais que estão sendo disponibilizados para as mulheres e explica que o número 0800 não é o canal adequado para realizar esse atendimento, pois a mulher não pode ser obrigada a realizar a denúncia em desfavor de seu agressor e, considera que os centros de referência são os canais mais adequados para o atendimento a essas mulheres. Considera necessária a disponibilização de um canal próximo à mulher, que não seja somente o número de 0800.

**Sra. Camila Rodrigues** esclarece que o número 0800 é apenas mais um canal de atendimento e que todos os centros de referência estão funcionando com os telefones fixos vinculados ao SIGA-ME, onde a ligação é direcionada para a Coordenadora do CIAM que realiza a avaliação da necessidade de atendimento presencial da mulher e, nesse caso, a equipe se desloca até o CIAM para realizar o atendimento.

**Dra. Lucia Iloizio** (Ministério Público) explica que a questão do SIGA-ME está relacionada a demora para transferir a ligação, onde a mulher acaba por não conseguir o contato, além disso, a Coordenadora não tem acesso ao número da vítima para que possa retornar a ligação. Pondera que esse entrave pode acarretar dificuldade de acesso da mulher ao atendimento e ressalta a necessidade de disponibilização de um número de aparelho celular para todos os Centros de Referência, nos moldes realizado no CIAM Chiquinha Gonzaga do Município do Rio

de Janeiro. Destaca a importância na divulgação de forma ampla e específica para as mulheres vítimas de violência doméstica.

**Sra. Fernanda Titonel** irá verificar com o chefe de gabinete a possibilidade de disponibilização de aparelho celular com chips novos para serem utilizados pelos centros de referência. Destaca que a solicitação é plenamente possível de ser atendida e considera a sugestão uma maneira eficaz para o atendimento das mulheres.

**Dra. Matilde Alonso (Defensoria Pública)** relata sua experiência com o uso de número específico para atendimento à mulher e, além disso, pontua a possibilidade de contato com a vítima através do aplicativo *WhatsApp* facilitando a comunicação.

Em suas considerações finais, **Dra. Adriana Ramos** ressalta a importância de providenciar os aparelhos celulares exclusivos para atendimento das mulheres vítimas pelos Centros de Referência, devido a precariedade do SIGA-ME.

No tocante ao aluguel social solicita que seja verificada a possibilidade de priorizar o andamento da normativa para atender as mulheres vítimas de violência doméstica, devido as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelas mulheres que querem sair do abrigo, mas que não possuem condições financeiras para se subsistir. E ainda, sugere a verificação com a Rede Hoteleira do Estado e do Município, para disponibilizar vagas em hotéis para as mulheres vítimas que estão desempregadas, quando da saída do abrigo, para permanecerem durante o período da pandemia e ainda, se possível, a disponibilização de um aparelho celular para que ela possa se comunicar.

**Sra. Fernanda Titonel** relata que já foi iniciada conversa com a Rede Hoteleira para disponibilização de vagas em hotéis para abrigamento de idosos, que estão em abrigos e necessitam de isolamento durante a pandemia. Pondera que poderia ser estudada a possibilidade de incluir os casos das mulheres vítimas de violência doméstica. E ainda, se compromete a trazer notícias acerca do andamento do aluguel social na próxima reunião. **(Deliberação 01)**

**Sra. Simone Costa** explica que não foi alcançado êxito em relação aos idosos se disporem a ir para os hotéis e informa que conversará com a Secretaria Tia Ju para verificar a possibilidade de destinar vagas para as mulheres vítimas de violência. Pontua que os hotéis que estão no decreto realizam o acolhimento completo (com alimentação).

Como forma de ilustrar a eficácia do atendimento pelo celular, informa ainda os números de atendimentos do CIAM Chiquinha Gonzaga: (i) em abril de 2019 tiveram 104 atendimentos, (ii) em abril de 2020 tiveram 288 atendimentos,

**Dra. Flávia Nascimento** reforça que o CIAM Márcia Lyra é uma grande referência não só para as mulheres vítimas de violência doméstica, mas também para as vítimas de violência sexual e que não pode ser perdida a referência do atendimento para acompanhamento da vítima. E destaca que o aumento das vítimas de violência sexual, também foi considerado pela ONU Mulheres.

**Juíza Katerine Jatahy** destaca a importância de um protocolo de atendimento que as técnicas podem desenvolver e um protocolo de atendimento especial para esse período de pandemia e solicita que seja encaminhado, por e-mail, as estatísticas dos Centros de Referência do Estado e do Município. (Deliberação 02)

Nada mais a tratar, as **Exmas. Juíza Adriana Ramos de Mello e a Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard** encerram a reunião às 16h27min e agradecem a participação de todos e marca a próxima reunião para o dia 20 de maio de 2020 às 15h. (Deliberação 03)

**Dra. ADRIANA RAMOS DE MELLO**

**Membro da COEM**

**Dra. KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD**

**Membro da COEM**

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Trazer notícia sobre o andamento da normativa do Aluguel Social para as mulheres vítimas de violência doméstica	Sra. Fernanda Titonel	Próxima Reunião
02	Enviar, por e-mail, as estatísticas dos Centros de Referência do Município e do Estado do Rio de Janeiro	Sra. Simone Costa e Sra. Camila Rodrigues	-
02	Enviar o convite da próxima reunião, designada para o dia 20 de maio de 2020, às 15h.	DICOL/COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata  
foi assinada em \_\_/\_\_/2020.